

No. 167
JAN-JUN
ANO 26/2016

farj@riseup.net
www.farj.org
Cx. Postal 14576
CEP 22410-971
Rio de Janeiro/RJ - Brasil



LIBERA

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO - FARJ
ORGANIZAÇÃO INTEGRANTE DA COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA - CAB

A "PONTE PARA O FUTURO" PRECISA DE UMA BARRICADA NO MEIO DO CAMINHO

Faz alguns anos que os jornais e a TV tentam "vender" o estado do Rio de Janeiro como um "modelo para o futuro". O governo e a grande imprensa prometiam que a "cidade olímpica" seria o símbolo desse progresso. Porém, a partir do final de 2015, a realidade começou a vir à tona. O tão exaltado "progresso" era somente as empreiteiras e os políticos com seus bolsos cheios, e as/os trabalhadoras/as padecendo em uma crise criada pelo governo estadual.

O PMDB/PSDB continua o que o PT/PMDB começou

Os/as trabalhadoras e trabalhadoras cariocas e fluminenses, assim como ocorre em outros estados, vinham sofrendo duros ataques aos seus direitos, cometidos pelo governo do PT/PMDB com a sua política de conciliação de classes. Esses ataques, que agora têm como liderança o governo do PMDB/PSDB, se aprofundaram diante de um novo acordo da classe dominante que também é aplicado nos estados. O governo Temer já afirmou que "tudo que for possível

será privatizado". O que vem pela frente é uma nova onda de agressões aos direitos da classe trabalhadora.

A crise é o aumento da taxa de exploração

Sempre que a economia capitalista diminui sua taxa de exploração os empresários e políticos resolvem atacar o salário e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras para "compensar" o lucro perdido. Já falam em acabar com o horário de almoço e também em diminuir salários e atacar as aposentadorias. O "sacrifício" nunca atinge os de cima, mas os cortes sempre sangram os/as trabalhadoras/as. Nenhum partido vai fazer diferente, pois a entrada no Estado não garante nenhuma conquista para o povo. Por exemplo, o ajuste fiscal iniciado pelo PT/PMDB agora é aprofundado pelo PMDB/PSDB. Em discurso realizado no dia 29 de outubro de 2015, Lula afirmou que a prioridade do partido era "criar condições políticas para que sejam aprovadas as medidas do

(continua na página seguinte)

Nesta Edição

MÊS DE MARÇO FEMINISTA E LIBERTÁRIO NO CEARÁ
Organização Resistência Libertária ... pág 3

**CONTRA A CULTURA DE ESTUPRO,
A RESISTÊNCIA É A VIDA**
Coordenação Anarquista Brasileira ... pág 4

ROMARIA DA TERRA E DAS ÁGUAS
Frente de Luta Camponesa ... pág 5

A LUTA CONTINUA PARA O PDS OSVALDO DE OLIVEIRA
Frente de Luta Camponesa ... pág 5

FEIRA DA REFORMA AGRÁRIA PAULO KAGEYAMA
Frente de Luta Camponesa ... pág 6

QUEM É RAFAEL BRAGA VIEIRA?
Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga ... pág p7

GREVE, PIQUETE, MARCHA E OCUPAÇÃO! EDUCADORES E ESTUDANTES UNIDOS PELA EDUCAÇÃO!
Coordenação Anarquista Brasileira ... pág p8

E MAIS ...

LIBERA: UM QUARTO DE SÉCULO PELO ANARQUISMO!

No primeiro semestre de 1991, Ideal Peres e Esther Redes se afastam da coordenação do *Círculo de Estudos Libertários (CEL)* e passam o bastão para os mais novos. As reuniões semanais do CEL vinham esvaziadas e, para tentar melhorar a divulgação das atividades, alguns compas resolvem criar um boletim mensal. No início de junho de 1991, saía o primeiro exemplar do *Libera...Amore Mio*. No final de 1992, após o evento *Outros 500*, em São Paulo, o *Libera...* junto a outras publicações libertárias de SP, SC e PR, cria a *Rede (de Informações Anarquistas)*, de curta duração. Depois de alguns meses, só restou o *Libera...* A partir de 1995, o *Libera* se envolve com a *Construção Anarquista Brasileira*, divulgando textos da recém-nascida *Federação Anarquista Gaúcha (FAG)*, da *Federação Anarquista Uruguaia (fAu)* e do especificismo que chegava ao país pelo Sul. Em 16 de agosto desse ano, falece Ideal Peres, e o *Libera...* passa a ser o boletim do *Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP)*. A partir do número 119 (julho/agosto de 2003), o agora apenas *Libera* (sem o *...Amore Mio*), se torna o informativo da *Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)*. Foram 25 anos de muitas lutas e esforços para manter o *Libera*, mesmo com períodos de irregularidade, sempre aparecendo. Mas depois de 25 anos, temos a certeza de que cada um dos seus números foi importante para o anarquismo no Rio de Janeiro e no Brasil. Muitos milhares de *Liberas* foram, durante muitos anos, distribuídos de mão-em-mão ou enviados pelo Correio, alcançando desde as grandes cidades até os lugares mais remotos, semeando o anarquismo pelo país. Nosso informativo é, hoje, o periódico de maior longevidade contínua da história da imprensa anarquista brasileira. O *Libera* é a face da nossa organização; orgulho dos/das nossos/as militantes; baluarte do anarquismo especificista no país.

Longa vida ao Libera! Viva a imprensa anarquista!

Vivam a FARJ e a CAB!

Ética, Compromisso, Liberdade!

NAS BOCAS...

"Resistência é Vida!"
(Berxwedan Jîyane)

YPJ (Unidade de Defesa das Mulheres Curdas)

(continuação da página anterior)

ajuste fiscal encaminhadas por Dilma Rousseff”. Mudaram os jogadores e seu estilo de jogo, mas o time continua o mesmo. O time dos de cima, contra nós, as/os de baixo. Independente do partido, as necessidades do povo nunca foram e nem serão prioridades no parlamento.

Os lucros do petróleo alimentam as empreiteiras e os empresários

A lógica dos governantes é manter o Brasil dependente de uma política de exploração e exportação de matérias-primas, os *commodities*, como petróleo, minérios, grãos e outros. Política essa que passa como trator por cima de camponeses, quilombolas, comunidades indígenas, de pesca tradicional, ribeirinhas e outros povos das florestas para a construção de portos, estradas, minerodutos e outros mega projetos, gerando graves impactos socioambientais.

Dentro dessa lógica de dependência, os estados produtores de petróleo recebem porcentagens das petroleiras referentes à exploração de óleo e gás, os *royalties*, que dependem também do preço internacional do barril. No caso do estado do Rio, este foi afetado com a queda do preço do barril e a mudança na legislação brasileira, que diminuiu a parte dos *royalties* que vai para os estados e municípios produtores.

Quem paga a conta é o povo

Apesar da queda do preço do barril e dos recursos vindos dos *royalties*, o estado do Rio arrecada muito dinheiro, mas os governantes nunca quiseram gastar com o povo os seus orçamentos já comprometidos com seus esquemas com o empresariado, gastos em obras superfaturadas e outras pilantragens que só favorecem os políticos, empreiteiras e o empresariado em geral. Afinal, são as grandes empresas que financiam as campanhas eleitorais dos políti-

cos. Com isso, os setores essenciais para a população sofrem duros cortes, como a saúde, educação, saneamento. Quando falta “dinheiro em caixa”, eles fazem o que sempre fizeram: suspendem o pagamento dos aposentados, parcelam o salário dos servidores, cortam dinheiro para a Educação, para a Saúde, para os Serviços Sociais. Além disso, estão cortando os já poucos programas sociais que atingem as camadas mais pobres da população do Estado, como o “Programa Renda Melhor” e o “Renda Jovem”. Por isso, é essencial a participação e decisão popular na escolha das matrizes energéticas e nas políticas sobre seus usos.



A farsa das UPP's

Além de sentir no bolso as consequências das políticas de estado, o povo sente também seus resultados cada vez mais na carne. As UPPs, dia após dia, mostram o que os movimentos sociais falam desde 2008: que são uma farsa que só visa oprimir os/as favelados, principalmente a população negra. Nos últimos meses, as operações policiais em favelas com UPPs e que, teoricamente, não teriam mais tráfico, têm se intensificado, deixando quase sempre moradores e moradoras mortos ou feridos. Rocinha, Alemão, Fallet, Prazeres e Complexo do Lins são alguns recentes exemplos onde operações policiais aterrorizaram moradores. O projeto da UPP veio como demanda dos de cima para controlar e oprimir o morador e a moradora da favela. O genocídio e o encarceramento em massa do povo negro seguem como política de estado.

As Olimpíadas e a farra das empreiteiras

Enquanto o governo priorizou as Olimpíadas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) cai aos pedaços; a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) está prestes a fechar as portas e os servidores e aposentados têm seus salários parcelados ou ficam sem receber. Só com as Olimpíadas, foram gastos 39 bilhões, sendo que 35% desse montante é dinheiro público, dividido entre União, estado e município. Grande parte da dívida do estado vem dessa gastança desenfreada. A farra das empreiteiras garantiu mui-

tos lucros para as cúpulas corruptas do PMDB/PSDB/PT e de outros partidos. Os donos e acionistas destas empresas ganharam milhões com as obras olímpicas para “inglês ver” e que não atende as necessidades do povo, que segue sofrendo enlatado nos trens, espremidos nos ônibus e metrô ou contando o pouco dinheiro para pagar suas dívidas na fila do caixa. Parte do que se chama “legado olímpico” não atende as necessidades populares e é feito com superfaturamento, desvio de dinheiro público e sem consultar a população, visando apenas a próxima eleição.

O objetivo é privatizar: entregar o ouro aos bandidos

No ano passado, o governo estadual deu isenção de 6,609 bilhões para grandes empresários do Rio de Janeiro (SUPERVIA, AMBEV etc). Apenas para a AMBEV, o valor da isenção foi de 760 milhões. Pra se ter ideia do

absurdo, esse valor de isenção total daria para pagar sozinho todos os gastos com saúde daquele ano! Essas isenções são, na verdade, o retorno que os políticos dão aos seus patrocinadores de campanha. O governo de Dornelles-Pezão prossegue na aplicação da agenda neoliberal e já anunciou mais cortes nos direitos sociais e nos serviços públicos. As secretarias sofrerão um corte de 30% do seu orçamento e o Bilhete Único vai ser cortado para a maioria da população. O Bilhete Único universitário também está mudando as regras de renovação, para emitir o menor número possível e garantir os lucros da máfia dos transportes.

E com isso avança o projeto de fazer os trabalhadores e trabalhadoras pagarem ainda mais pelos serviços básicos, entregando a educação, a saúde e outros serviços nas mãos de empresas através das políticas de Parcerias Público-Privadas (PPP), onde o privado é quem sai sempre ganhando mais. Esse é o início do processo de privatização, que sucateia e torna esses serviços cada vez mais inacessíveis a população.

Contra a farsa eleitoral: se organizar e lutar com as/os de baixo

Como defendido pela *Coordenação Anarquista Brasileira* (CAB), os 14 anos de hegemonia do projeto democrático popular chegam à sua saturação final. Esse foi o “triste fim do governismo”, dos acordos com Kátia Abreu, Sarney e o que há de pior na política nacional. Esse tipo de política também ocorreu no Rio de Janeiro. Não vamos esquecer que o ex-governismo (PT) e sua base (PCdoB e afins), aliaram-se com o PMDB durante décadas e o que sofremos hoje, tem haver com essa aliança. Foi essa lógica que atuou para acabar com a independência de movimentos históricos da classe trabalhadora, numa política de barganhas com suas direções e subordinando-os aos conchavos das eleições.

Nestes últimos anos, a esquerda não-governista esteve em meio a uma luta para conformar uma alternativa a esse bloco. Cada setor, cada organização concebeu, a sua maneira, o que seria essa alternativa. Mas no fim, não foi capaz de consolidar algo que disputasse com o bloco governista nas lutas populares. Pior ainda, muitos buscaram apenas acumular e capitalizar para seus partidos e insistem na via eleitoral para se projetarem politicamente. Muitos pedem “Eleições Gerais” (seria para eleger Aécio ou Marina?), “Reforma Política” (para perfumar a merda?) ou o voto em candidatos “amarelos” que supostamente vão transformar a máfia do estado num “palácio de santos”. Essas opções vazias repetem a lógica do governo petista ou são mais recuadas ainda, pois querem vencer nossos inimigos com suas próprias armas.

Nossa opção só pode ser romper com a prática de atrelamento dos movimentos sociais e sindicatos à burocracia e ao parlamentarismo. Pois foi essa prática que desmobilizou as bases e impediu que houvesse resistência popular aos ataques da burguesia. Chega de reproduzir o parlamentarismo burguês dentro de sindicatos e movimentos populares, onde as decisões são tomadas apenas pela cúpula e as greves são traídas ou manobradas pelas direções burocratizadas. É preciso combater a política dos poderosos com o envolvimento e a ação direta coletiva. Resgatar as práticas e a cultura combativa de democracia direta e de base, para construirmos poder popular hoje!

Por isso, convidamos todas e todos a construir uma outra forma de fazer política. Uma política que rejeita a farsa eleitoral e construa a decisão do povo fora das urnas, nos bairros, nos assentamentos, nas escolas e nos locais de trabalho.

**Contra a farsa eleitoral
e o corte de direitos!
Só a luta popular decide!**

MÊS DE MARÇO FEMINISTA E LIBERTÁRIO NO CEARÁ

Organização Resistência Libertária - CAB



“A liberdade não se pede, conquista-se.”
Maria Lacerda de Moura

O dia 8 de março significa para nós, mulheres e feministas, um dia de resgate das lutas das mulheres no passado e no presente. Dia para lembrar o que já conquistamos e o árduo caminho para chegar aonde queremos: uma sociedade justa e solidária. Uma história de lutas só podia comemorar-se com lutas! Nós, mulheres da *Organização Resistência Libertária*, unimos nossas forças com apoiadoras e militantes de movimentos sociais do Ceará e planejamos um calendário de atividades com a disposição de fortalecer a auto-organização das mulheres na cidade e no campo, nas escolas e nos bairros.

A abertura das nossas atividades aconteceu em Sobral – município do sertão do Ceará, reconhecido pelo desenvolvimento industrial e por ser o berço das oligarquias políticas do nosso Estado - onde existe o movimento social FOME¹, um movimento que existe e atua em bairros da periferia e cuja perspectiva de organização popular age na reivindicação de direitos e serviços para a comunidade. Faz parte do movimento um espaço de auto-organização das mulheres que se chama **Mulheres do gueto que lutam sem medo**. Juntas, mulheres da ORL e mulheres do Movimento Social Fome, organizamos o *I Miss Periferia*, espaço que buscou fortalecer as identidades de gênero, reunindo mulheres cisgêneras, transgêneras e travestis na mesma passarela. O objetivo do

concurso era enaltecer a beleza, a cultura e a força da mulher da periferia. O concurso não teve uma ganhadora, todas as mulheres (entender mulheres como aquelas que se identificam como tal gênero independente do órgão sexual com o qual nasceram) e travestis receberam os prêmios. O concurso não teve o objetivo de trazer a competição entre e sim mostrar que juntas somos mulheres mais fortes.

No dia 7 de março nossa segunda atividade – em Fortaleza – foi auto-organizada e aconteceu em parceria com a Casa Feminista Nazaré Flor². A proposta foi fazer uma roda de conversa sobre os territórios simbólicos da nossa casa, resgatando uma perspectiva intimista de discutir como são diferentes as formas de acesso aos espaços domésticos, feito por homens e mulheres, resgatando que essas diferenças representam violências simbólicas e refletindo como podemos ressignificar esses espaços.

No dia 8 de março participamos do Sarau das Mulheres contra o extermínio



do povo negro, em um bairro da periferia de Fortaleza. Organizado pelas Tambores de Safo³, um movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, que travam uma discussão feminista avessa à institucionalidade e nos locais de moradia das militantes, nas periferias.

Também no dia 8 de março fizemos uma roda de conversa sobre o trânsito da mulher no espaço urbano, exibindo o filme *Cairo 678*, em Pentecoste, cidade do interior do Ceará.

No dia 9 de março a discussão foi realizada com adolescentes numa escola secundarista, onde tratamos da organização e luta das mulheres nos grêmios das escolas e nos processos de luta do movimento estudantil secundarista.

No dia 12 de março construímos o ato unificado “Mulheres no combate ao racismo”, construído pelo Fórum Cearense de Mulheres. E no dia 13 de março organizamos uma manhã de contação de histórias feministas para crianças.

Para finalizar a agenda, no dia 19 de março organizamos o III Ciclo de Estudos Anarquistas com o tema “Estado, Gênero e Anarquismo”, onde traçamos discussões de cunho ideológico e sobre como o Estado violenta as mulheres, sobretudo as mulheres pretas e pobres.

Juntas, fortalecidas e organizadas derubaremos o capitalismo, o racismo, o estado e o patriarcado, fazendo florescer uma sociedade justa, socialista e libertária para todas as pessoas!

Notas:

1. Página do FOME nas redes sociais: <https://www.facebook.com/movimentosocialfome1/?fref=ts>

2. Nazaré Flor foi uma pescadora do interior do Ceará. Começou a militância na igreja, por meio das CEBs, logo se tornou uma liderança no movimento de pescadores e marisqueiras. Na década de 80 era agricultora e poetisa, integrante do *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - NE*. Um símbolo para o movimento feminista cearense. Atualmente, ela dá nome à sede do Fórum Cearense de Mulheres - Casa Feminista Nazaré Flor: <https://www.facebook.com/Casa-Feminista-Nazar%C3%A9-Flor-1600671863533498/?fref=ts>

3. Página da *Tambores de Safo* nas redes sociais: <https://www.facebook.com/batucadatamboresdesafo/?fref=ts>

CONTRA A CULTURA DE ESTUPRO, A RESISTÊNCIA É A VIDA

Coordenação Anarquista Brasileira - CAB

A **Coordenação Anarquista Brasileira** (CAB), reunida em plenária nacional, quer declarar seu completo repúdio e indignação com o caso de estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos por mais de trinta homens ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.

A cultura do estupro não é recente em nossa história, pelo contrário, está na gênese da formação social do Brasil, pois sob a consigna da miscigenação cultural existe um país formado a partir do estupro colonial de negras e indígenas.

A cultura do estupro existe a partir da inadmissível ideia que os corpos e as vidas das mulheres servem naturalmente à dominação masculina. Reside em nosso meio como permanente lembrança que vivemos em uma sociedade extremamente violenta com as mulheres, caracterizando um quadro de guerra civil contra as mulheres, em que todos os dias morrem algumas das nossas.

Ainda que antiga, a cultura do estupro se fortalece em momentos conjunturais de negação do direito e da existência humana das mulheres. É o momento em que vivemos, quando o patriarcado e a religião, institucionalizados por meio do Estado, cortam possibilidades de existência digna por todos os lados: saúde, educação, trabalho, cultura e mobilidade.

Levantamento do IPEA, feito com base em dados de 2011, mostrou que 70% das vítimas de estupro no Brasil são crianças e adolescentes; cerca de 15% dos estupros registrados no sistema do Ministério da Saúde envolveram dois ou mais agressores; 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima. De acordo com dados mais recentes, em 2014, o Brasil teve um caso de estupro notificado a cada 11 minutos. Diante deste cenário, preocupa-nos a chegada das Olimpíadas no Rio de Janeiro, pois sabemos que o acontecimento de megaeventos contribui para o aumento da exploração dos corpos de mulheres e adolescentes, comercializadas como atrativos turísticos.

Reiteramos que devemos permanecer firmes e resistentes contra o avanço sobre os corpos, as vidas e os direitos das mulheres, fortalecendo discussões e práticas feministas em nossas organizações e nos movimentos sociais em que estamos. É importante também nos atentarmos para a construção da autodefesa como forma de resistência em rede, jamais isoladas.

Mexeu com uma, mexeu com todas!

Estupradores não passarão!

Machistas não passarão!



Hino das Mujeres Libres

**Punho ao alto
mulheres do mundo
aos horizontes
grávidos de luz
por rotas ardentes
os pés bem na terra
a frente no céu azul.**

**Afirmando
promessas de vida
desafiemos a tradição
modelemos
a argila ainda quente
de um mundo
que nasce da dor.**

**Que o passado
se afunde no nada!
que nos importa o ontem!
Queremos
escrever de novo
a palavra MULHER.**

**Punho ao alto
mulheres do mundo
aos horizontes
grávidos de luz
por rotas ardentes
adiante, adiante
de cara à luz.**

- Lucía Sánchez Saornil (1937)



A LUTA CONTINUA PARA O PDS OSVALDO DE OLIVEIRA

Após três anos de acampamento e mais de quatro remoções violentas, cerca de 50 famílias enfim conseguiram a emissão de posse da Fazenda Bom Jardim em 27 de fevereiro de 2014. Há mais de dois anos na terra, as famílias produzem diversas variedades de alimentos agroecológicos, abastecendo diversas feiras municipais, além de garantir participação massiva em três edições da Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes e uma Feira Nacional da Reforma Agrária, promovidas pelo MST.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira está localizado na área serrana de Macaé, com mais de 1.600 ha, onde cerca de 600 ha vinham sendo desmatados pelo antigo proprietário, influente político do Norte Fluminense. Para a entrada na terra, foi feito um acordo entre as famílias, o MST e o Ministério Público Municipal de ocuparem inicialmente apenas 1% da área em regime coletivo, e conforme as famílias conhecem, se adaptam à realidade e se capacitam nas práticas agroecológicas a área de utilização aumentaria, sendo que hoje as famílias ocupam cerca de 3% da área total, sem a autorização de manejar as áreas de floresta.

No entanto, há muitas dúvidas e incertezas sobre os caminhos a serem percorridos pelas famílias, especialmente a partir de dezembro de 2015, onde um processo de reintegração de posse tramita na 1ª Vara Federal de Macaé, e caso seja aceito, pode significar o fim do primeiro PDS do estado do Rio de Janeiro.

A ameaça de despejo iniciou quando chegou à Vara de Macaé, um parecer do Ministério Público Federal de Brasília contestando as questões ambientais da Fazenda, apresentando dados confusos da aptidão agrícola da região e das condições de solo, afirmando que o assentamento não tem condições de se manter sustentável e economicamente devido os mais de 60% de Mata Atlântica, e que as famílias não tinham os conhecimentos quanto às questões ambientais. O parecer ainda contesta duramente a atuação do INCRA e os laudos de vistoria para desapropriação produzidos (Estudo capacidade de Assentamento e de Geração de Renda, Laudo Agrônomo de Avaliação e Laudo Agrônomo de Fiscalização), bem como ressalta sua incapacidade de acompanhar o desenvolvimento das famílias e do assentamento perante a situação dos demais assentamentos da região e do estado.

Semanas antes do final de ano, quando chegou a notícia, os assentados imediatamente se organizaram e montaram o Acampamento da Resistência na entrada do assentamento, como forma de mostrar à vizinhança - mais de 4 latifúndios de gado - que a área não seria entregue novamente para as mãos da Rádio Difusora, quem realmente vinha destruindo o meio ambiente com a pecuária de corte. Curioso foi que na entrega da notificação às famílias, a equipe de promotores públicos foram aos assentamentos “acompanhados” por filho, nora e advogado de Barbosa Lemos, porém, foram barrados de entrar no assentamento pelas famílias.

Com o apoio massivo da sociedade, universidades e movimentos populares, e do acompanhamento de juristas populares, as famílias dialogaram com o juiz (substituto) responsável pelo caso, o qual recebeu as famílias e se comprometeu a aceitar um parecer produzido pelo MST e com o auxílio dos parceiros. Com o “contra-laudo” em mãos, o juiz então decidiu provisoriamente contra o despejo dessas famílias, entendendo que elas têm sim a capacidade de viverem em harmonia com a natureza e produzirem alimentos saudáveis, de forma coletiva e dentro dos pilares da agroecologia.

Contudo, o Ministério Público cobrou diversas condicionantes especialmente para o INCRA, que através de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) o órgão deve comprovar um acompanhamento presencial e especial ao Osvaldo de Oliveira, realizando o Plano de Uso, fiscalizações semestrais (situação dos assentados, infraestruturas e questões ambientais), capacitações para as famílias (agroecologia, Sistema Agroflorestal-SAF, cooperativismo/associativismo, cidadania, meio ambiente etc) e assistência técnica agroecológica. Caso o INCRA não comprove, está sujeito a multa diária.

Mesmo sem assistência técnica desde 2014 nas áreas de reforma agrária do Rio de Janeiro, a equipe técnica e militantes do MST e o *Centro de Assessoria Popular Mariana Criola* vêm se desdobrando para acompanhar o assentamento, e já iniciou as devidas consultas com as famílias, entendendo que o Plano de Uso - a ser entregue em oito meses - deve levar em consideração os acúmulos e os conhecimentos tradicionais da comunidade, que por hora, vê o INCRA acomodado, e que apenas demonstrou preocupação com o caso após a posse da nova Superintendência, em fevereiro de 2016.

As diretrizes preliminares feitas pelos assentados para a construção do Plano de Uso (PU) já foram produzidas e sua entrega simbólica ao INCRA se deu em meio à ocupação do órgão, atividade que compõe a Jornada de Lutas do MST em abril, em memória ao Massacre do Eldorado dos Carajás.

**“Osvaldo de Oliveira, seu sonho ainda Vive,
Lutamos tod@s junt@s , por uma Pátria Livre!”**





ROMARIA DA TERRA E DAS ÁGUAS

No dia 24 de julho ocorreu a XV Romaria da Terra e das Águas com o tema “Da Terra e das Águas Feridas brotam clamores de justiça” em Campos dos Goytacazes RJ. Foi uma caminhada de celebração, fraternidade, luta e produção orientada pela cultura popular e camponesa. Neste dia denunciamos a negação de direitos dos povos do campo, como também a esperança da construção da Casa Comum e de uma sociedade do Bem Viver para todos.

Caderno de conflitos no Campo

Dia 23 de junho ocorreu o lançamento no estado do Rio de Janeiro do Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2016 da CPT - Comissão Pastoral da Terra - na UFF Campos dos Goytacazes. Desde 1985 esse material é sistematizado e publicado com o objetivo de denunciar a realidade de conflitos por terra - violências como despejos e expulsões - e os números da violência contra pessoa, como assassinatos, ameaças de morte, prisões, que existem no campo brasileiro. Há, ainda, os dados do trabalho escravo, conflitos pela seca e as manifestações. A CPT, com este trabalho, tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária em escala nacional, e os seus dados são utilizados por várias instituições de ensino, pesquisadores, instâncias governamentais, pela imprensa e principalmente pelos movimentos sociais.



Feira Territorial Norte Fluminense

Nos dias 10 e 11 de junho, na praça do Liceu de Humanidades de Campos dos Goytacazes ocorreu a 1ª Feira Territorial da Agricultura Familiar do Norte Fluminense. Esta surgiu a partir de algumas reuniões do colegiado da Regional Norte Fluminense do Projeto “Territórios da Cidadania”. Ao todo, representantes de nove municípios estiveram presentes, dentre os quais importantes movimentos sociais, associações, cooperativas, grupos de mulheres, de estudo além das comunidades quilombolas, acampados, assentados e pescadores.

Feira da Reforma Agrária e Economia Solidária Paulo Kageyama

A feira foi apenas um espaço dentro do 1º Festival da Utopia, que contou com Feira Literária Paulo Freire, Encontro Mundial da Juventude, Encontro Internacional de Teatro Político, Festival de Música Latina e Tenda dos Pensadores Darcy Ribeiro, espalhados por diversos pontos da cidade de Maricá, tendo sempre como foco, o protagonismo da classe trabalhadora que está pagando o preço do golpe.

A 1ª Feira da Utopia correu entre os dias 22 à 26 de junho na praça central da cidade, homenageando o professor da Esalq Paulo Kageyama, falecido recentemente e que tanto apoiava os movimentos sociais e lutava em defesa da biodiversidade de nossas matas.

Contou com representações de diversos estados do Brasil, estando massivamente as regiões Sul e Sudeste, com a participação do MST, MPA, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, Economia Solidária e agricultores/artesãos locais.

Como princípio primeiro da feira, este cumpriu seu papel, onde os produtores conseguiram dialogar com a sociedade, expondo além de produtos, suas posições contra o golpe e contra o retrocesso nas políticas públicas que estamos vivendo nesse governo ilegítimo, sendo muito bem visibilizados e apoiados pela sociedade.

Foram comercializados cerca de 95 toneladas de alimentos oriundos da Reforma Agrária, priorizando-se os beneficiados em nossas agroindústrias e alimentos prontos para o consumo, que além de garantir uma vida útil mais prolongada, agrega mais valor para as famílias, garante uma padronização da produção aumentando a aceitabilidade dos consumidores e, de quebra, demonstra para a sociedade que uma outra forma de agricultura e organização do campo é possível, através do cooperativismo.

Como anexo à Feira, foi montada a Culinária da Terra, onde as regiões se organizaram e ofereceram pratos típicos dos Estados a preços acessíveis, sempre dialogando com aspectos culturais e históricos da alimentação.





QUEM É RAFAEL BRAGA VIEIRA?

Campanha Pela Liberdade de Rafael Braga

<https://libertemrafaelbraga.wordpress.com>

Rafael Braga Vieira é um jovem negro, pobre, que até junho de 2013 trabalhava catando material para reciclagem nas ruas do Centro do Rio de Janeiro. Vivia em situação de rua e, para não gastar muito dinheiro de passagem, voltava somente às vezes para sua casa, na Vila Cruzeiro, onde morava com seus pais, irmãos e irmãs. Porém, no dia 20 de junho, a rotina de Rafael Braga mudou.

Nesse dia, aconteceu no Rio de Janeiro a maior das manifestações que ocorriam na época contra o aumento das passagens de ônibus. Já durante a dispersão do ato, na Rua do Lavradio, Lapa, Rafael Braga, na época com 25 anos, foi detido quando chegava a um casarão abandonado, onde por vezes dormia. Rafael não participou da manifestação e carregava consigo duas garrafas de plástico, uma de Pinho Sol e outra de desinfetante. Na delegacia, os policiais que o apreenderam apresentaram as garrafas abertas e com panos. Ele foi acusado de portar material explosivo, que seriam coquetéis-molotov.

Rafael passou 5 meses no Complexo Penitenciário de Japeri aguardando julgamento, sendo defendido por um defensor público. No dia 23 de setembro, foi realizado um pedido de revogação de prisão preventiva de Rafael pela Defensoria Pública, julgado improcedente pelo Juiz da 32ª Vara Criminal no dia 27 do mesmo mês. No dia 2 de dezembro de 2013, ele foi condenado a 5 anos e 10 meses de reclusão e foi transferido para Bangu 5 alguns dias depois. O laudo do esquadrão antibomba da Polícia Civil atestou que Rafael carregava produtos de limpeza com ínfima possibilidade de funcionar como coquetel molotov.

A condenação de Rafael Braga teve alguma repercussão em matérias de jornais e, a partir de então, ativistas, militantes e coletivos ficaram cientes de que ele ainda estava preso. Assim, a defesa de Rafael foi assumida pelo Instituto dos Defensores de Direitos Humanos, o DDH. Na mesma época, alguns coletivos e militantes de movimentos sociais começaram a se articular para ajudar e divulgar o caso do Rafael.

Após assumir o caso, o DDH entrou com uma apelação da sentença. No dia 26 de agosto de 2014, a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu manter a prisão do Rafael, diminuindo sua pena em apenas 4 meses. Nesse dia, um grande ato-vigília foi organizado em frente ao TJ indo do dia 25 até a hora que saiu a decisão no dia 26.

Em outubro de 2014, houve uma progressão do regime do Rafael de fechado para o semiaberto, quando poderia sair do presídio para trabalhar. Após diversos esforços, o DDH conseguiu um trabalho para ele, em um escritório de advocacia. Em novembro de 2014, Rafael sofreu uma punição depois de um dos seus advogados postar uma foto sua em frente a uma pixação que dizia "Você só olha da esquerda p/ direita, o Estado te esmaga de cima p/ baixo". O advogado tirou a foto de Rafael no caminho de volta

ao presídio depois de um dia de trabalho. Ele passou cerca de 1 mês na solitária. Após sofrer algumas penalidades e perder o direito ao regime semiaberto, ganhou a progressão ao regime aberto em 1º de dezembro de 2015 e saiu da prisão, sendo monitorado por uma tornozeleira.

Voltando a morar na Cascatinha, Vila Cruzeiro, com sua família, no dia 12 de janeiro de 2016, Rafael saiu pela manhã para ir à padaria a pedido de sua mãe, Dona Adriana, e no caminho foi abordado por policiais da UPP de lá. Os PMs diziam que ele tinha envolvimento com o tráfico e pediam que ele desse informações e assumisse que era bandido. Ele foi espancado no caminho à delegacia, sendo inclusive ameaçado de estupro caso não assumisse participação no tráfico. Os PMs imputaram ao Rafael um kit flagrante com 0,6g de maconha, 9,3g de cocaína e um rojão. Assim, desde janeiro, Rafael responde por tráfico de drogas, associação para o tráfico e colaboração com o tráfico.

Durante os meses de abril, maio e junho de 2016, ocorreu a Audiência de Instrução, dividida em três dias. Nesses dias foram ouvidos os PMs que abordaram o Rafael, testemunhas de defesa e o próprio Rafael. Durante os depoimentos, por diversas vezes os PMs entraram em contradição entre si e com o depoimento que haviam dado na delegacia no momento da prisão. O DDH pediu durante essas audiências 5 diligências: GPS da tornozeleira; nome do engenheiro e da empresa de engenharia aos quais, segundo os PMs, eles estavam fazendo escolta na favela no dia; imagens da câmera externa da viatura; imagens da câmera interna da viatura; e imagens da câmera da UPP. O juiz responsável negou todas as diligências e enviou o caso ao Ministério Público, onde o processo se encontra atualmente, aguardando o parecer do MP para que ocorra as alegações finais e a decisão do juiz.

A Campanha pela Liberdade de Rafael Braga

Como dito acima, após a notícia de condenação do Rafael no final de 2013, diversos coletivos, ativistas e militantes começaram a se mobilizar em torno da causa do Rafael Braga. No início de 2014, houve diversas reuniões e chamados aos movimentos sociais, coletivos e militantes do Rio para construir a luta pela liberdade do Rafael. Após algumas atividades iniciais como panfletagens e culto ecumênico na porta do presídio em Bangu, a luta se estabeleceu como uma campanha fixa, horizontal e aberta em meados de 2014, quando foi organizado um ato-vigília nos dias 25 e 26 de agosto, dia da decisão sobre a apelação contra a sua prisão.

Em novembro de 2014, é organizada uma Campanha Nacional pela Liberdade do Rafael Braga fruto de uma articulação da Campanha local junto com o DDH e o extinto Fórum de Enfrentamento ao Genocídio do Povo Negro. Durante cerca de 2 meses, o caso do Rafael foi massificado nacionalmente, ocorrendo atividades em relação ao caso em mais de 10 estados do Brasil. No Rio, a Campanha organizou um ciclo de debates em praças em Olaria, Centro e Largo do Machado, falando sobre seletividade penal, racismo e genocídio do povo negro.

Desde o início, a Campanha pela Liberdade de Rafael Braga se preocupou, para além de lutar pela liberdade do Rafael, em criar laços com a família dele e ajudar no que fosse possível. Dona Adriana, sua mãe, sempre esteve junto à Campanha. Além das atividades, atos e marchas pela liberdade do Rafael, sempre nos mobilizamos para ajudar financeiramente tanto a família como o Rafael dentro da prisão, através da arrecadação de doações, alimentos e venda de materiais de propaganda como bottons e camisas.

Uma das principais bandeiras levantadas pela Campanha é o motivo de Rafael ter sido e ainda estar preso. Rafael Braga foi detido e condenado em 2013 mesmo sem ser manifestante. Ele foi detido por ser negro e pobre. Como não é militante, nenhuma mobilização ocorreu à época da sua prisão, tendo sido rapidamente julgado e condenado. Mesmo após sua condenação, as mobilizações pelo Rafael Braga nunca obtiveram tanta atenção como as lutas para libertação de outros presos das manifestações de 2013 e 2014. Rafael é símbolo da seletividade penal e racismo estrutural que permeia a justiça brasileira. A nova prisão de Rafael em 2016 veio para reforçar esses pontos. Vivendo em uma área militarizada, Rafael foi abordado e acusado de tráfico. O kit flagrante forjado pelos PMs para incriminar o Rafael é comumente utilizado em áreas de favela e periféricas. A guerra aos negros e negras, camuflada de guerra às drogas, segue fazendo novas vítimas diariamente, exterminando o povo negro e impulsionando o encarceramento em massa.

Atualmente, a Campanha se reúne todas as terças-feiras às 19 horas, na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro, nas escadarias da Câmara. Caso esteja chovendo, a reunião é transferida para a marquise do Restaurante Amarelinho, ao lado da Câmara.

Greve, Piquete, Marcha e Ocupação! Educadores e Estudantes unidos pela Educação!*

Coordenação Anarquista Brasileira - CAB

Não é de hoje que a educação é vista como uma mercadoria disponível no balcão de negócios dos governos e dos patrões ou como um instrumento de dominação política e ideológica dos de cima sobre os/as de baixo. De norte a sul no Brasil e em várias partes do continente latino-americano, os de cima impõem reformas educacionais, projetos de lei, ajustes fiscais e todo o tipo de medidas que visam precarizar e desqualificar ainda mais as condições de trabalho, de estudo e colocar por inteiro as escolas e universidades sob a lógica hegemônica do capitalismo financeiro.

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!

No Brasil, saltam aos olhos as Parcerias Público-Privadas (PPPs), a prioridade para programas voltados a fortalecer o acesso à iniciativa privada no ensino superior (como o PROUNI e o FIES) em detrimento do ensino superior público, o baixíssimo investimento financeiro em todas as etapas do ensino e os recorrentes cortes de verbas. Assim como o descaso e desrespeito com a valorização (pra não falar de aumento) dos salários dos educadores e as reformas curriculares que de tempos em tempos são realizadas sem a ampla participação e debate daqueles e daquelas mais diretamente atingidos.

Também destacamos o Plano Nacional da Educação (PNE) que visa oficializar como política de Estado: a precarização e a mercantilização da educação e as investidas em torno da terceirização das atividades meio (principalmente no ensino superior) e das atividades fins (como o próprio ensino) através das Organizações Sociais/OS (figuras jurídicas de direito privado). Sem falar nos projetos de lei que se abrigam sob a alcunha “Escola Sem Partido”, também conhecidos como “lei da mordaza”, que visam eliminar das escolas o debate sobre gênero e sexualidade, a discussão sobre nossa ancestralidade Negra/Quilombola e Indígena; e calar, sob a desculpa da “neutralidade” e do “apartidarismo”, a voz dos educadores sobre outros temas importantíssimos que podem ser considerados “doutrinação” e propaganda “partidária” ou “ideológica”. Aqui há um novo modelo de dominação cultural que visa abafar as possibilidades de resistência dentro dos espaços educativos.

AS BUROCRACIAS SINDICAIS E ESTUDANTIS

Toda essa situação, criada por governos e patrões ávidos por lucro, não se deu sem a convivência com setores do movimento sindical e estudantil. Uma burocracia que sempre colocou os interesses de seus partidos na frente da mobilização e da organização daqueles e daquelas que dizem “representar”. As diversas direções sindicais vinculadas ao PT e PCdoB, Centrais Sindicais como CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil) e entidades estudantis como UNE (União Nacional dos Estudantes) e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), são as principais responsáveis por botar freios na disposição de luta da base sindical e estudantil e pelas seguidas traições às suas bases ao assinar acordos a portas fechadas com os diferentes governos. Transformam também, o movimento estudantil num “micro” parlamento, fazendo das lutas estudantis uma “escada” para o reformismo.

A prática cotidiana dessas entidades tem preparado o terreno para os ataques dos de cima ao não organizar e mobilizar uma luta consequente dos estudantes e trabalhadores da educação e ao desarmar esses mesmos setores quando eles demonstram

disposição de se organizar e lutar. É a prática burocrática, vertical, centralizadora e pelega dessas entidades que tem produzido o descrédito e a desconfiança tão grande de amplos setores de base do movimento estudantil e sindical.

Em contraposição aos pelegos e burocratas de toda ordem, os trabalhadores da educação e estudantes de diversas partes do país têm realizado mobilizações pautadas pela organização por local de trabalho e estudo e pela ação direta como métodos de luta. As ocupações de escolas em São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Ceará são referências para todos os lutadores sociais e exemplos de como é possível lutar à revelia das direções sindicais e estudantis.

AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS

Estudantes ocuparam (e ainda ocupam) suas escolas em diversas partes do país, reivindicando melhorias na infraestrutura, colocando-se contra as “reformas” que visam fechar escolas e rechaçando projetos de lei que querem privatizar ou tornar ainda mais conservador o ensino em suas escolas. Cada estado teve motivos distintos, mas todos esses motivos fazem parte do projeto neoliberal – como já mencionado no início – de avançar com as privatizações e destruir os direitos sociais e trabalhistas.

Em Goiás, o governo quer militarizar as escolas e repassar sua gestão para as OS. No Rio de Janeiro e São Paulo, a tentativa de fechar mais de uma centena de escolas e neste último estado, o desvio de verbas da merenda. Em Porto Alegre, a privatização pela gestão das OS, corte de verbas, a imposição do famigerado “Escola Sem Partido” e a solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho de seus professores. Diferentes reivindicações, um mesmo método de luta e uma grande referência para o conjunto da esquerda combativa.

A marca das escolas ocupadas foi a auto-organização dos estudantes, o exercício da democracia direta, a valorização da participação e da autogestão, e da ação direta como tática de luta em que os estudantes são os principais protagonistas do conflito. Assembleias em cada escola para que todos os estudantes possam decidir sobre os rumos da ocupação; comandos estudantis formados por delegados/as eleitos pelas escolas; organização de comissões de trabalho da ocupação; critérios de entrada e permanência nas ocupações de pessoas de fora da escola, foram algumas das práticas encontradas que serviram como antídoto à tentativa de controle dos partidos eleitores à frente das entidades como a UBES e que buscaram garantir outra forma de organizar a luta estudantil contra os ataques dos de cima.

CONTINUAR A LUTA DOCENTE E ESTUDANTIL

Marchas, piquetes, ocupações e greves são algumas táticas de pressão e ações diretas que, na nossa opinião, representam o necessário protagonismo coletivo dos estudantes e educadores nessa dura luta que continuaremos a travar contra os opressores. São medidas que nós de baixo precisamos ampliar e aprofundar cada vez mais, para fazermos valer nossas reivindicações e arrancarmos conquistas. Fortalecer a nossa luta como estudantes e educadores é fortalecer os espaços de organização popular autônomas de cada segmento e também os espaços de unidade e articulação conjunta, pois a luta é a mesma.

Uma luta por uma educação verdadeiramente pública, de qualidade e sob o controle dos/as de baixo. A educação não é mercado e seus alicerces devem ser construídos a partir de uma equidade de gênero e de nossas raízes raciais e étnicas visando uma justiça social.

*Por uma educação popular que seja instrumento da emancipação dos de baixo!
Greve, marcha, piquete e ocupação! A educação só muda com luta e organização!
Julho 2016*

**Trechos do texto, para ler na íntegra acesse <http://anarquismo.noblogs.org>*

BIBLIOTECA SOCIAL FÁBIO LUZ - Fundada em 18 de novembro de 2001
Entre em contato e faça uma visita: <http://bibliotecasocialfabioluz.wordpress.com>

Libera, 2.000 exemplares. Agradecemos a todas/os que fazem esta publicação ser possível, até as/os mais anônimos colaboradoras/es.

Se tem interesse de distribuir ou contribuir com o Libera entre em contato: farj@riseup.net

Organizações integrantes da CAB: Organização Resistência Libertária (CE); Federação Anarquista dos Palmares (AL); Federação Anarquista do Rio de Janeiro (RJ); Organização Anarquista Socialismo Libertário (SP); Rusga Libertária (MT); Coletivo Anarquista Luta de Classes (PR); Coletivo Anarquista Bandeira Negra (SC); Federação Anarquista Gaúcha (RS); Federação Anarquista Cabocla (PA), Coletivo Mineiro Popular Anarquista (MG), Fórum Anarquista Específista (BA), Organização Anarquista Zabelê (PI).
www.vermelhoenegro.net / cab.br@riseup.net



Ida Mett

ENDEREÇOS LIBERTÁRIOS - BRASIL: CAB: www.vermelhoenegro.net | CABN/SC www.cabn.libertar.org | ORL/CE www.resistencialibertaria.org | OASL/SP www.anarquismosp.org | FAG/RS www.federacaoanarquistagaucha.org | zRusga Libertária/MT <http://rusgalibertaria.noblogs.org> | FARPA/AL <https://farpaal.wordpress.com> | CALC/PR <http://anarquismopr.org.wordpress.com> | OAZ/PI <https://oazblog.wordpress.com> | FACA/PA <http://resistenciacabana.noblogs.org> | FAE/BA <https://faebahia.wordpress.com> | GEIPA/SC www.geipajoinville.blogspot.com | COMPA/MG www.coletivocompa.org | ÁFRICA DO SUL: ZACF www.zabalaza.net | ARGENTINA: FAR: <http://federacionanarquistaderosario.blogspot.com.br> | OSL www.osl.org.ar | FACA <http://lafaca.org> | COLÔMBIA: Grupo Libertário Vía Libre: <http://grupolibertariovialibre.blogspot.com.br> | RLPKM www.redlibertariapmk.org | BOLÍVIA: OARS www.oars.tk | CHILE: CAL <http://labatalladelostrabajadores.blogspot.com> | COSTA RICA: Pró-FAC (Círculo de Estudios la Libertad) <http://revistalalibertad.blogspot.com> | FRANÇA: Alternative Libertaire <http://www.alternativelibertaire.org> | CNT Vignoles www.cnt-f.org | MÉXICO: AMZ <http://espora.org/amz> | CAMA <http://espora.org/cama> | PERU: USL www.uslperu.blogspot.com | URUGUAI: FAU <http://federacionanarquistauruguay.com.uy> | CSL <http://periodicorojoynegro.blogspot.com> | EUA/CANADÁ: NEFAC www.nefac.net | UCL www.causecommune.net | ITÁLIA: FdCA www.fdca.it | IRLANDA: WSM www.wsm.ie | ESPANHA: CNT www.cnt.es | CGT www.cgt.org.es | www.anarkismo.net